



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria do Tribunal Pleno e do Órgão Especial

Ata n. 5 (cinco) da sessão ordinária do Tribunal Pleno realizada no dia onze de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, com início às quatorze horas.

Exmos. Desembargadores presentes: Denise Alves Horta (Presidente), Emerson José Alves Lage (2º Vice-Presidente), Antônio Carlos Rodrigues Filho (Vice-Corregedor), Luiz Otávio Linhares Renault, Maria Lúcia Cardoso de Magalhães, José Murilo de Moraes, Ricardo Antônio Mohallem, Anemar Pereira Amaral, César Pereira da Silva Machado Júnior, Jorge Berg de Mendonça, Paulo Chaves Corrêa Filho, Maria Stela Álvares da Silva Campos, Sércio da Silva Peçanha, Milton Vasques Thibau de Almeida, Rosemary de Oliveira Pires Afonso (por videoconferência), José Marlon de Freitas, Maria Cecília Alves Pinto, Paulo Maurício Ribeiro Pires, Maristela Íris da Silva Malheiros, Lucas Vanucci Lins, Juliana Vignoli Cordeiro, Marco Antônio Paulinelli de Carvalho (por videoconferência), Rodrigo Ribeiro Bueno, Weber Leite de Magalhães Pinto Filho, Jaqueline Monteiro de Lima, Antônio Gomes de Vasconcelos, Gisele de Cássia Vieira Dias Macedo, Marcos Penido de Oliveira, Sérgio Oliveira de Alencar, André Schmidt de Brito, Marcelo Moura Ferreira, Ricardo Marcelo Silva, Maria Raquel Ferraz Zagari Valentim, Maria Cristina Diniz Caixeta, José Nilton Ferreira Pandelot e Delane Marcolino Ferreira.

Ausentes, em razão de férias regimentais, os Exmos. Desembargadores Marcus Moura Ferreira, Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto, Cristiana Maria Valadares Fenelon e Danilo Siqueira de Castro Faria. Ausentes, com causas justificadas, os Exmos. Desembargador Sebastião Geraldo de Oliveira e Adriana Goulart de Sena Orsini, em razão de participação no I Encontro Unificado de Magistrados e Servidores integrantes de NUPEMEC e CEJUSC, de 10 a 12 de abril de 2024, no TST. Ausente também, com causa justificada, o Exmo. Desembargador Manoel Barbosa da Silva. Ausente o Exmo. Desembargador Marcelo Lamego Pertence, convocado para substituir no TST. Ausente, com causa justificada, a Exma. Desembargadora Taisa Maria Macena de Lima, por motivo de participação no Congresso Internacional Bioética e Biodireito da Faculdade Mineira de Direito, na qualidade de palestrante do Painel 03 – *Recusa Terapêutica, fim de vida e questões bioéticas e jurídicas*, de 10 a 13 de abril de 2024, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), no campus de Poços de Caldas. Ausente a Exma. Desembargadora Paula Oliveira Cantelli, com causa justificada, em razão de participação na 1ª Reunião dos Gestores Nacionais e Regionais do PCTE (Programa de Combate ao Trabalho Escravo) realizada na presente data. Também ausente, com causa justificada, o Exmo. Desembargador Vicente de Paula Maciel Júnior.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria do Tribunal Pleno e do Órgão Especial

Presente o Exmo. Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região, Arlúdio de Carvalho Lage.

Atuaram como intérpretes de libras Patrícia Alves Loureiro Serafim e Jivago Pires de Lima.

Dando início, a Exma. Desembargadora Presidente, Denise Alves Horta, cumprimentou todas e todos. Cumprimentou também os que assistem virtualmente. Registrou que compõem o Pleno virtualmente os Exmos. Desembargadores Rosemary de Oliveira Pires Afonso e Marco Antônio Paulinelli de Carvalho. Cumprimentou as Senhoras e os Senhores Desembargadoras e Desembargadores; o Senhor Procurador representante do Ministério Público do Trabalho, Dr. Arlúdio de Carvalho Lage; o Senhor Juiz Auxiliar da Presidência, Dr. Renato de Paula Amado; demais juízas e juizes presentes e aqueles que assistem virtualmente; Senhoras e Senhores advogadas e advogados; Senhora Diretora Judiciária; Senhora Secretária do Pleno; demais servidoras e servidores que auxiliam na sessão; Senhoras e Senhores presentes e os que assistem virtualmente. Estando na hora designada, satisfeito o quórum regimental, e pedindo a proteção Divina, declarou aberta a sessão ordinária do Pleno do TRT de Minas do dia 11 de abril do ano de 2024.

Submetida à apreciação do Colegiado, a Ata de n. 4/2024, da sessão ordinária do Tribunal Pleno de 21 de março, aprovada à unanimidade de votos.

Em seguida, foi apregoado o processo inserido na pauta judiciária.

**I. Processo PJe n. 0010269-55.2024.5.03.0000 IRDR (admissibilidade)**

Relator: Exmo. Desembargador Luiz Otávio Linhares Renault

Requerente: Márcio Laest Duarte dos Santos

Advogados: Túlio Renato Cândido de Souza – OAB/MG 60883  
Carolina Teixeira de Lima Soares – OAB/MG 101628

Requeridos: Carlos Emílio Bartilotti Anselmo  
Edson Pereira Júnior  
Vanessa Farias Bartilotti  
Cristiane Aparecida Teixeira Feitosa  
Vilma Lopes Von Glehn  
Master Brasil S.A.

Tema: "Possibilidade de bloqueio de Passaporte, Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e Cartões de Crédito de executados, como decorrência da aplicação do inciso IV do art. 139 do CPC."

**(Processo originário PJe n. 0015268-85.2023.5.03.0000 MS)**



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria do Tribunal Pleno e do Órgão Especial

**DECISÃO:** O Tribunal Pleno resolveu, à unanimidade de votos, em juízo de admissibilidade (art. 174 do Regimento Interno), não admitir o processamento do presente Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR).

Por força do art. 171, § 3º, do Regimento Interno, não são exigidas custas processuais. Determinou-se a remessa de cópia da presente decisão à Secretaria de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas, para registro no sítio do Tribunal na rede mundial de computadores; ao Suscitante e ao Ministério Público do Trabalho, para ciência, nos termos do art. 175 do Regimento Interno.

Atuou como Relator o Exmo. Desembargador Luiz Otávio Linhares Renault.

Assistiu ao julgamento o Dr. Túlio Renato Cândido de Souza - OAB/MG 60883, pelo requerente Márcio Laest Duarte dos Santos.

**REGISTROS**

No início da sessão, a Exma. Desembargadora Presidente proferiu voto de pesar pelo falecimento do servidor aposentado Antônio Conrado Salles, desejando à família enlutada sentidos pêsames e abraço de solidariedade, determinando a expedição de ofício aos familiares.

Em seguida, a Exma. Desembargadora Presidente, lembrando a celebração dos oitenta anos da Polícia Federal, parabenizou o Exmo. Delegado da Polícia Federal, Dr. Richard Murad Macedo, que tomou posse como Superintendente Regional da Polícia Federal de Minas Gerais, a quem apresentou cumprimentos e votos de profícua gestão.

A Exma. Desembargadora Presidente convidou os presentes e os que assistiam telepresencialmente para o seminário "*Justiça Restaurativa e os Contratos de Aprendizagem*", esclarecendo que o seminário é uma iniciativa do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem da Justiça do Trabalho, coordenado pela Exma. Desembargadora Maria Raquel Zagari Valentim e pelas MM. Juízas Cristiana Soares Campos, Renata Lopes Vale e Sandra Maria Generoso Thomaz Leidecker, tendo entre os palestrantes a Exma. Desembargadora e Professora Adriana Goulart de Sena Orsini. Também convidou para o seminário "*Novos Paradigmas da atuação da Justiça do Trabalho: balanço e perspectivas*", nos dias 18 e 19 de abril, no formato presencial, no auditório da Escola Superior Dom Helder Câmara, em Belo Horizonte. A conferência Magna de abertura será feita pelo Ministro do TST, Aloysio Correa da Veiga, sobre o tema "*A mudança de paradigma da*



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria do Tribunal Pleno e do Órgão Especial

*conciliação trabalhista: balanço atual e perspectivas*". Outras notáveis autoridades do mundo do trabalho também serão palestrantes, como o Desembargador Sérgio Torres Teixeira, Vice-Presidente do TRT da 6ª Região, Pernambuco; o Dr. Fernando Hoffmann, Juiz do Trabalho Titular da 22ª Vara do Trabalho de Curitiba; o professor José Affonso Dallegrave Neto e também haverá a participação de vários Desembargadores do TRT da 3ª Região.

A Exma. Desembargadora Presidente enfatizou que a campanha de vacinação, no prédio da Getúlio Vargas e da Goitacases, está em andamento; que, além da vacina da influenza, há uma gama extensa de vacinas para o associado e dependentes.

Prosseguindo, a Exma. Desembargadora Presidente fez um balanço de sua gestão até o presente momento. Disse que, no início do mês de abril, completaram noventa dias da nova Administração do TRT e, considerando o princípio da transparência, apresentou algumas ações da gestão já finalizadas e outras em fase avançada para entrega.

Primeiramente, comentou sobre o recebimento de ofício circular do CSJT autorizando a nomeação de servidores para este Tribunal, no total de 74 servidores, sendo 64 técnicos e 10 analistas. Esclareceu que, no primeiro mês da gestão, compareceram ao CSJT, conversaram com o Exmo. Ministro Lélío Bentes Corrêa e apresentaram um documento circunstanciado relatando a dificuldade enfrentada por este Tribunal, pelos Desembargadores, pelas Varas, pela Administração. Afirmou que a visita pode não ter sido o fator determinante, mas acredita que deve ter ajudado na liberação deste número de servidores para este Tribunal.

Relatou que fizeram uma reunião com os juízes de Primeiro Grau a respeito do fórum trabalhista de Belo Horizonte; há reclamações sobre a inadequação do prédio. Visitaram o prédio, inclusive com a Ministra Corregedora, que corroborou os anseios e as reclamações a ela veiculadas e à Administração. Pontuou que estão empenhados em adotar e conseguir encontrar uma solução definitiva para a situação. Informou que determinou a criação de um grupo de trabalho, multidisciplinar e técnico, para avaliar a situação. O grupo tem a missão de apresentar sugestão de soluções para o problema. Após a apresentação desse trabalho, então, será designada uma comissão de magistrados, que será a comissão decisória. Disse a Presidente que é um ponto importante, não só para juízes de Primeiro Grau, mas para a Justiça do Trabalho, porque envolve a Justiça em si, a dignidade dos magistrados trabalhistas, dos jurisdicionados, dos advogados; é algo de interesse no todo.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria do Tribunal Pleno e do Órgão Especial

Neste momento, pediu a palavra o Exmo. Desembargador José Murilo de Moraes para esclarecer que foi na sua gestão que resolveram aproveitar os dois prédios que estavam subutilizados, o da rua Curitiba e o da rua Goitacases. Foram reformados os dois prédios. Pontuou que o prédio da Goitacases funcionava bem com trinta e cinco Varas e mais arquivos, balcões e pessoas. Salientou que o serviço de engenharia, à época, fez um estudo para verificar se caberiam ali as quarenta e oito Varas. Chegou-se à conclusão de que caberiam; inclusive, foi feita uma sala para a Amatra e existem outras salas. À época, questionou-se acerca do estacionamento, se seria suficiente ou não. Em tal caso, foi proposta a compra, para que o prédio ficasse todo para o Tribunal. Conseguiram a verba e compraram o imóvel; hoje tem vaga para todos, juízes e servidores. Também foram feitas as licitações para os elevadores; os da Curitiba, da Goitacases, do anexo e do prédio sede. Registrou que a troca que está sendo efetuada hoje decorre de licitação feita na sua gestão. Elogiou as instalações dos prédios, que atendem bem; para o público tem bancos confortáveis e existem corredores confortáveis. Disse que as reclamações existem, mesmo na época de sua gestão reclamavam, porque ninguém quer mais fazer audiência presencial; que o assunto interessa ao Pleno e que a Comissão é só de uma parte, não tem contrapartida.

A Exma. Desembargadora Presidente explicou que não há nada definido, que instituiu uma comissão técnica, que em um primeiro momento foi de servidores, para deixar o processo com todas as observações técnicas necessárias registradas para a Comissão de Desembargadores, magistrados de Primeiro Grau e alguns servidores definirem, pois será decisória e terá subsídios para decidir. Continuou dizendo que estão trabalhando para chegar a uma conclusão. Inclusive, a conclusão do setor de engenharia foi no sentido de que deve ser reformado o prédio da Escola de Engenharia.

Novamente com a palavra, o Exmo. Desembargador José Murilo de Moraes afirmou que esta Administração está começando agora e que a questão já vem de muito tempo; que se formou uma comissão e que, embora não saiba quem integra a comissão, é uma comissão que só ouve um lado, os juízes de Primeiro Grau e a Amatra. Enfatizou que, à época, foi a Comissão da Engenharia que deu o parecer, a estrutura, o projeto, falando que cabia.

Em prosseguimento, a Exma. Desembargadora Presidente informou que, já no início da atual Administração, foi instituído Grupo de Trabalho para visitar todos os imóveis da Capital e do Interior do Estado, visando à elaboração de um diagnóstico preciso das necessidades de cada uma das unidades judiciárias e administrativas do Tribunal. É a primeira vez que o Tribunal terá um plano de obras que será realizado de



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria do Tribunal Pleno e do Órgão Especial

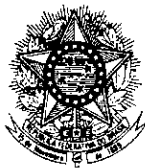
acordo com a apuração das necessidades, com visita *in loco* em cada uma das localidades, em cada uma das Varas, das mais próximas até as mais distantes; uma realização que melhora a comunicação do Interior com a Capital, uma vez que os servidores e juízes do Interior se ressentem muito da ausência desta comunicação. É uma forma de proporcionar essa integração.

Outra questão é a implementação da Resolução CNJ 526/2023, que institui o *Programa de Preparação à Aposentadoria e de Valorização do Magistrado aposentado*. Estão trabalhando no sentido de integrar os aposentados a serviços aqui no Tribunal, inclusive à conciliação, sendo a Dra. Emilia Facchini a pioneira nessa seara, que é Curadora do Centro Cultural, fazendo um trabalho maravilhoso, sem remuneração; é o amor pelo trabalho, amor pela Justiça.

Esclareceu que está sendo criado um ambiente virtual na *intranet* que consolidará todas as informações pertinentes aos aposentados; tudo em um mesmo ambiente virtual. Também estão trabalhando para ampliação da oferta de vagas do Programa de Estágio. Atualmente são 586 estagiários e a expectativa é para encerrar o ano com 750.

No âmbito da TI, informou sobre o trabalho *Nova Rede de Comunicação de Dados no Interior*, que possibilitou a solução de problemas de instabilidade nas localidades do interior, principalmente para a realização de audiências telepresenciais com gravação; e o trabalho relativo à segurança de TI, camada de proteção na nuvem para aumentar a segurança de nosso *site* e sistemas de uso do público, evitando acessos indevidos e ataques. Pontuou sobre a migração de arquivos para o *Google Drive*, o que possibilita a modernização dos recursos disponíveis (edição simultânea colaborativa, compartilhamento controlado, etc.), dando mais autonomia às unidades para gerenciamento de seus ambientes, com mais espaço e com acesso independente do uso de VPN, como era anteriormente. Sugeriu à Escola Judicial que faça uma preparação sobre a utilização desta ferramenta e convocou todos ao aprendizado. Ainda, divulgou a distribuição de novos equipamentos pela TI, que são 2.600 monitores, que já chegaram e estão sendo patrimoniados para instalação nas unidades, e 600 computadores, que estão aguardando regularização fiscal para instalação.

Informou que estão modernizando o Tribunal para solucionar restrições de acessibilidade na Capital e no Interior, que é uma determinação superior da Corregedoria, na ata de Correição. Há um projeto que está sendo implementado, junto com a modernização do Plenário do oitavo andar e do Plenário 1, que passarão por reformas. E haverá uma adaptação do Plenário 5, pois a Exma. Desembargadora



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria do Tribunal Pleno e do Órgão Especial

Juliana Vignoli Cordeiro informou que a 1ª SDI não tem como fazer a sessão no Plenário 5, uma vez que não há espaço suficiente para os Desembargadores; não conta com o número de cadeiras suficientes. Todavia, houve um projeto e a solução já está em fase de contratações, com colocação de mais cadeiras, sem comprometer o espaço.

Prosseguindo, a Presidente explicou que a modernização dos elevadores já está em fase final. Um elevador do Edifício-Sede já está concluído, dependendo a liberação apenas da vistoria final, e a previsão de conclusão da modernização dos demais é entre setembro e outubro deste ano. No Edifício-Sede Anexo, está concluída a modernização de um elevador; a modernização do segundo elevador está em andamento, com previsão de conclusão entre junho e julho deste ano. No fórum da Capital, dois elevadores já foram modernizados; o terceiro elevador está em fase de vistoria final e a previsão de conclusão do quarto elevador é entre julho e agosto deste ano.

Outra ação relatada pela Exma. Desembargadora Presidente é a instalação de copas nos Gabinetes, que está em fase avançada, já havendo sido concluídas nove copas, com previsão de entregar quatro por mês.

Também está em andamento um *Projeto de Energia Positiva*, com o objetivo de o Tribunal prover sua própria energia, tendo já um estudo consistente neste sentido visando à construção de sistema de energia fotovoltaica em imóvel da 3ª Região que se mostre mais adequado.

Programa que lhe é muito caro, disse a Exma. Desembargadora Presidente, e também à Exma. Desembargadora Maristela Íris da Silva Malheiros, é o *Programa Saúde em Movimento*. Significa a Interiorização das atividades de saúde, com o deslocamento dos membros da equipe para o interior do Estado, com as viagens começando no início de maio, assim como o deslocamento do atendimento para unidades onde for preciso. Serão levados os benefícios, principalmente para o Interior, que tem mais dificuldade de acesso, como vacinação, aprimoramento da ergonomia, assistência à saúde mental, riscos psicossociais, exames médicos e odontológicos.

Informou a Presidente que estão dando continuidade ao Plano Custeio Integral, pelo TRT3, de valor referente ao plano de saúde que foi iniciado em gestões passadas. O Exmo. Desembargador Ricardo Antônio Mohallem instituiu este benefício, em sua gestão. Como é um ato discricionário da Administração, depende de uma série de condições. Há uma checagem mês a mês. Em maio, vai continuar e, paulatinamente, vão analisando, para não haver problema orçamentário.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria do Tribunal Pleno e do Órgão Especial

A Exma. Desembargadora Presidente falou que deixou para o fim a questão atinente à Segurança, esclarecendo que estão fazendo no Tribunal um trabalho paradigma relativo à segurança. Salientou que a Segurança ganhou um espectro muito amplo, inclusive em nível nacional, no Colepdecor. Esclareceu mais: que solicitou ao gestor da área para que tomasse todas as providências para implantação de um Sistema de Segurança de excelência.

Então, em continuidade, passou a palavra ao Secretário da Secretaria de Inteligência e Polícia Institucional, Sr. Carlos Athayde Valadares Viegas, para esclarecimentos sobre os trabalhos efetuados na área de Segurança.

Após cumprimentar a todos e agradecer a oportunidade e a honra de falar ao Pleno, no mês em que completa trinta e cinco anos na Justiça do Trabalho, o Sr. Carlos Athayde Valadares Viegas discorreu sobre o plano de ação com as atividades que o setor de Segurança deve promover e os prazos para implantação ocorrendo até o final da gestão. São ações que abrangem várias dimensões dos enormes problemas de segurança existentes nacionalmente, especialmente no Poder Judiciário, que vem sendo atacado de todas as formas e lados, sejam ofensas físicas, verbais, nas redes sociais, com a tentativa de desmoralização do Poder Judiciário. Salientou que a política de segurança do Poder Judiciário instituída pelo Conselho Nacional de Justiça fortalece a área de segurança, para que se implemente o serviço de inteligência do Poder Judiciário, exatamente para prover as gestões e a magistratura de elementos para se defender, repelir e prevenir. Informou que há um plano de segurança eletrônica, iniciado na gestão anterior, que adquiriu um sistema de CFTV, com quase duas mil câmaras, que estão sendo instaladas em todas as Varas do Trabalho e em todas as unidades da Justiça do Trabalho. Comunicou que está em funcionamento uma sala de controle de gestão, funcionando vinte e quatro horas, com servidores da polícia judicial e terceirizados, para monitoramento constante de informações, que permite, se necessário, tomar e antecipar as medidas pertinentes. Acentuou que o sistema de segurança eletrônica é muitíssimo moderno, de captação de movimentos específicos e de identificação de pessoas. Ressaltou ainda que, na seara da proteção eletrônica, os veículos do TRT contarão com um sistema de GPS com rotas pré-determinadas, que serão monitoradas e, em caso de qualquer suspeita, medidas de proteção podem ser, de imediato, tomadas. Noticiou que os veículos receberão placas comuns e têm vantagem de utilizarem vias rápidas. Falou, ainda, que o Tribunal está adquirindo um equipamento individual de proteção eletrônica, que opera vinte e quatro horas por dia,





**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria do Tribunal Pleno e do Órgão Especial

equipamento esse que será entregue a todos os magistrados, de Primeira e de Segunda Instâncias, e também será oferecido aos oficiais de justiça para usarem em diligências que possam oferecer algum risco e a servidoras que estejam sofrendo ameaça doméstica. Registrou que os agentes de segurança estão sendo capacitados para o trabalho de polícia judicial, e não mais o trabalho de segurança orgânica, sendo que o trabalho de segurança orgânica dos imóveis está sendo feito por vigilantes terceirizados contratados; já os agentes de segurança estão sendo capacitados para fazer escolta das autoridades, a proteção dos magistrados, a proteção dos oficiais de justiça e a intervenção armada, se for o caso. Explicou que há o procedimento de seguir o protocolo de chamar a Polícia Militar nos locais onde não é possível o comparecimento dos agentes de segurança, pois a sala de controle possui todas as informações necessárias para atender aos chamados naquilo que for preciso, como, por exemplo, o pedido de um reboque, sendo isso uma novidade desta gestão, uma novidade nacional, um salto na proteção individual dos magistrados. Por último, anunciou que já está implementada a Seção de Inteligência, que fornece informações para que a Administração tome decisões a fim de que a polícia judicial possa prevenir as situações; que a Seção de Inteligência produz um relatório diário, de conjuntura, que é repassado aos magistrados que compõem a Administração.

Agradeceu-lhe a Exma. Desembargadora Presidente, passando a palavra ao Exmo. Desembargador Paulo Maurício Ribeiro Pires, coordenador da Comissão de Segurança, que, primeiramente, agradeceu à Exma. Desembargadora Presidente, porque todos, absolutamente todos os pedidos e orientações que cabem ao Comitê têm sido atendidos. Registrou que o Exmo. Desembargador Ricardo Antônio Mohallem também deu margem de autonomia para o Comitê e para a área de segurança. Agradeceu a todos os integrantes da polícia judicial, na pessoa do secretário, Carlos Athayde Valadares Viegas, e também agradeceu à Polícia Militar, dizendo que segurança hoje em dia, lamentavelmente, é primordial. Não é apenas a segurança do servidor, do magistrado, a segurança pessoal, é a segurança para o trabalho. Reiterou agradecimentos à Exma. Desembargadora Presidente pela autonomia e pelo apoio incondicional, comunicando que a Comissão recebeu o Comitê de Segurança do TRF6, o Desembargador Miguel Ângelo, e o diretor do Tribunal, com o objetivo de parceria, exatamente com base nos procedimentos do Tribunal da 3ª Região, registrando que o principal é estarem integrados, principalmente com a Inteligência. Afirmou que o fato de a Exma. Desembargadora Presidente compor o Comitê Nacional é importante para este Tribunal e para todos os Tribunais. E



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria do Tribunal Pleno e do Órgão Especial

novamente agradeceu-lhe. Frisou que o Comitê está à disposição de todos; que têm muito a fazer e o farão.

Em seguida, a Exma. Desembargadora Juliana Vignoli Cordeiro, parabenizou e agradeceu a Administração que, em tão pouco tempo de gestão, tomou medidas importantes que denotam muito empenho, visão global e precisa das necessidades do Tribunal, principalmente, sobre as medidas de segurança.

Na sequência, pronunciou-se a coordenadora do Subcomitê de Atenção Integral à Saúde, a Exma. Desembargadora Maristela Íris da Silva Malheiros, que ratificou a fala da Exma. Desembargadora Juliana Vignoli Cordeiro e agradeceu à Exma. Desembargadora Presidente pelo empenho e pela atenção dispensados ao Subcomitê de Saúde, comentando que a Secretária de Saúde também manifestou a alegria de ter a Presidente como parceira nos trabalhos da Saúde. Colocou à disposição dos colegas o *Saúde em Movimento*, uma excelente ideia de interiorizar o atendimento, uma vez que há servidores que não sabem 10% dos programas que o setor de Saúde oferece e, na medida do possível, a Exma. Desembargadora disse que tem a intenção de acompanhar a Secretária de Saúde também ao Interior, pois o Tribunal não é só a Capital, mas também o Interior. Reforçou que o Subcomitê de Saúde está à disposição dos colegas.

O Exmo. Desembargador Paulo Chaves Corrêa Filho parabenizou a Exma. Desembargadora Maria Cristina Diniz Caixeta pela justa e merecida homenagem *Moção de Parabéns*, a ela outorgada pela Câmara Municipal de Pedro Leopoldo, pela função que vem desempenhando com raro brilho e invulgar talento na nobre função de Desembargadora Ouvidora da Mulher. A Exma. Desembargadora Presidente a cumprimentou e, de pronto, o Plenário aderiu à moção, aplaudindo a Exma. Desembargadora.

A Exma. Desembargadora Maria Cecília Alves Pinto pediu a palavra e registrou que o IRDR, cuja admissibilidade foi analisada na sessão, trata de tema importante, o assunto apresenta divergências também importantes nos julgamentos das diversas turmas e, embora o IRDR 0010269-55.2024.5.03.0000 não tenha podido prosseguir, porque o processo principal já foi julgado, solicitou o apoio dos Exmos. Desembargadores no sentido de seguirem atentos e, quando surgir outro processo com mesmo tema, seja tomada a iniciativa de se abrir um novo IRDR para se pacificar a questão de retenção de CNH e de passaporte, que é matéria de direito e é necessária uma definição sobre a uniformização do assunto no Regional.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Secretaria do Tribunal Pleno e do Órgão Especial


Finalizando, a Exma. Desembargadora Presidente parabenizou os aniversariantes do mês de abril: os Exmos. Desembargadores Emerson José Alves Lage, Marcelo Lamego Pertence, Weber Leite de Magalhães Pinto Filho e Antônio Gomes de Vasconcelos, com a adesão do Plenário.

Agradecendo a presença de todos, declarou encerrada a sessão às quinze horas e trinta e três minutos.

  
**DENISE ALVES HORTA**  
Desembargadora Presidente

  
**TELMA LÚCIA BRETZ PEREIRA**  
Diretora Judiciária

Publicado em 13/05/24 no caderno Judiciário  
do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho - DEJT  
(divulgado no dia útil anterior).

  
\_\_\_\_\_  
Secretaria do Tribunal Pleno e do Órgão Especial  
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região